



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ - CCIIm
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS / SOCIOLOGIA

Wallyson André Melo Cunha

FOTOETNOGRAFIA NUMA INSTITUIÇÃO TOTAL:

Reflexões sobre os ajustamentos secundários e as estratégias de manutenção do self numa casa de detenção em Imperatriz – MA.

Imperatriz
2023

WALLYSON ANDRÉ MELO CUNHA

FOTOETNOGRAFIA NUMA INSTITUIÇÃO TOTAL:

Reflexões sobre os ajustamentos secundários e as estratégias de manutenção do self numa casa de detenção em Imperatriz – MA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Maranhão como pré-requisito à obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas / Sociologia.

Orientador: Prof.º Dr. Agnaldo Silva

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Cunha, Wallyson André Melo.
FOTOETNOGRAFIA NUMA INSTITUIÇÃO TOTA : Reflexões sobre os ajustamentos secundários e as estratégias de manutenção do self numa casa de detenção em Imperatriz MA / Wallyson André Melo Cunha. - 2023.
25 f.

Orientador(a): Agnaldo Silva.
Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, UFMA /CCIm, 2023.

1. Etnografia. 2. FOTOETNOGRAFIA. 3. Goffman. 4. Instituição Total. 5. Presídio. I. Silva, Agnaldo. II. Título.

WALLYSON ANDRÉ MELO CUNHA

FOTOETNOGRAFIA NUMA INSTITUIÇÃO TOTAL:

Reflexões sobre os ajustamentos secundários e as estratégias de manutenção do self numa casa de detenção em Imperatriz – MA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Maranhão como pré-requisito à obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas / Sociologia.
Orientador: Prof.º Dr. Agnaldo Silva

Aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Agnaldo Silva
(Orientador)

Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição
(Examinador)

Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira
(Examinador)

FOTOETNOGRAFIA NUMA INSTITUIÇÃO TOTAL:

Reflexões sobre os ajustamentos secundários e as estratégias de manutenção do self numa casa de detenção em Imperatriz – MA.

Resumo

A Central de Custódia de Presos da Justiça de Imperatriz (CCPJ-ITZ) é a unidade prisional, do interior do Maranhão, com a maior população carcerária em regime fechado. Considerando-a como instituição total, o presente artigo propôs analisar um conjunto de interações e formas de manutenção do *self*, por meio da análise dos ajustamentos secundários, uma forma de, ao mesmo tempo, resistir às normas impessoais da instituição total e produzir ou ressignificar as normas institucionais, de modo a construir uma espécie de microssociedade no ambiente das celas. Partindo dos estudos de Goffman (2001 e 2010), foram realizadas observações cotidianas e um conjunto de imagens para descrever o cenário (um corredor e suas celas adjacentes) onde os detentos constroem suas identidades e estabelecem as principais interações sociais. Associada à análise da vida cotidiana, adotou-se a abordagem fotoetnográfica trabalhada por Achutti (2004), a qual busca articular a análise de imagens com a abordagem etnográfica. Com essas orientações foi possível observar e refletir sobre as micro relações estabelecidas no cotidiano do presídio investigado, apontando para as formas e redes de comunicação e sociabilidade que os detentos constroem numa situação de institucionalização. Constatou-se que, a despeito da tarefa de mortificação do self dos internos por parte da instituição total, os detentos resistem, burlam e criam formas alternativas de sociabilidade com vistas a protegerem, cada qual, o seu próprio *self*.

Palavras Chave: Instituição total. Mortificação do self. Ajustamentos secundários. Fotoetnografia.

Introdução

Analisadas a partir de perspectivas as mais diversas, como as que privilegiam a interação social, a estrutura e as formações sociais ou ainda os condicionantes históricos, as instituições tem sido um objeto privilegiado da sociologia ao longo da existência desta disciplina.

Este estudo em particular privilegia as interações sociais estabelecidas no interior de uma casa de detenção na cidade de Imperatriz - MA, partindo do pressuposto de que até mesmo em um ambiente completamente institucionalizado e monitorado os indivíduos criam micro interações e uma forma própria de sociabilidade que lhes servem de proteção contra as regras e imposições “desfigurantes” de uma instituição total. Sobre esse tipo de instituição, Goffman (2001, p. 16) afirma que:

Seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais.

Nesses termos, uma instituição total é definida principalmente pelas barreiras que estabelece com o mundo social mais amplo, limitando, restringindo e até mesmo impedindo a comunicação e a interação dos seus internos com o mundo “lá fora”. Outra característica de uma instituição total é a separação entre a equipe dirigente e os internos.

Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão. Geralmente, os internados vivem na instituição e têm contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes; a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada no mundo externo. (GOFFMAN, 2001, p. 18,19)

Não apenas nos presídios ou casas de detenção, mas em todas as instituições totais, a equipe dirigente e os internos tem sua comunicação restringida e, quase sempre, marcada por estereótipos negativos de um grupo sobre o outro. Nos termos de Goffman, “Embora haja necessidade de certa comunicação entre os internados e a equipe de guarda, uma das funções do guarda é o controle da comunicação entre os internados e os níveis mais elevados da equipe dirigente” (GOFFMAN, 2001, p. 19).

No caso dos presídios esse controle da comunicação por parte dos guardas sobre os detentos não se dá apenas nas relações que eles estabelecem com a equipe dirigente, mas principalmente sobre as falas e interações que os presidiários estabelecem entre si. A livre comunicação dos internos nesse tipo de ambiente pode ser subversiva e ameaçar os propósitos da instituição total que, nesse caso, consiste em manter os membros da sociedade mais ampla protegidos dos perigos e ameaças potenciais dos detentos/internos. Em razão disso, há uma rigorosa vigilância e monitoramento dos agentes penitenciários sobre aqueles que se encontram reclusos na instituição.

O presídio, enquanto instituição total, utiliza-se de técnicas de controle e vigilância sobre os internos visando a anulação de suas respectivas identidades enquanto membros da sociedade mais ampla. Nessas instituições ocorrem aquilo que Goffman (2001) chama de mortificação do eu (*self*).

Na perspectiva de Goffman (2001, p. 30), “muitas vezes, os internados são obrigados a, em sua interação com a equipe diretora, apresentar atos de deferência – por exemplo, dizendo ‘senhor’ a todo momento.” Nesse processo de mortificação do *self*, membros da equipe dirigente e até mesmo outros internos dão aos novatos nomes obscenos ou apelidos aviltantes

que de uma forma ou outra negam-lhes o direito de receber um tratamento honroso e formal. Ocorre o que esse autor chama de violação dos territórios do eu, isto em razão do fato de que o interno é despido de sua antiga identidade, sendo-lhe negado o direito de se apresentar em público como ele estava acostumado. Desde sua entrada, o novato precisa se “encaixar” nas normas da instituição total, ajustando sua conduta, cumprindo horários e obedecendo regras, muitas vezes ao avesso de sua vontade e de sua antiga identidade.

Como apontou Silva (2012) em seu estudo sobre o processo de socialização dos policiais militares, os internos burlam as normas a eles impostas, com vistas tanto a resistir ao caráter totalizante e controlador da instituição total quanto para manterem seu *self* intactos. A esse processo de resistência Goffman (2001) denomina “ajustamentos secundários”.

Em um “ajustamento primário” o indivíduo se encaixa nas normas e padrões estabelecidos pela instituição. “Ele dá e recebe, com espírito adequado, o que foi sistematicamente planejado, independentemente de isto exigir muito ou pouco de si mesmo” (GOFFMAN, 2001, p. 160). Por ajustamentos secundários, esse mesmo autor

Define qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser. Os ajustamentos secundários representam formas pelas quais o indivíduo se isola do papel e do eu que a instituição admite para ele (GOFFMAN, 2001, p. 160).

Pode se dizer que da mesma forma que muitos trabalhadores urbanos adotam muitos expedientes de sobrevivência, transpondo as fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito (TELLES e HIRATA, 2007), muitos detentos também recorrem a vários expedientes ilícitos para sobreviverem social e psicologicamente, isto é, para preservarem, ao menos, alguns traços de suas antigas identidades.

Parte-se do pressuposto de que os ajustamentos secundários constituem uma forma de comunicação e de sociabilidade em que o *self* negocia com a instituição, mesmo com aquelas de caráter totalizante como é o caso de uma casa de detenção, foco deste estudo. Nesse sentido, a mortificação do *self* raramente é plena e, mesmo quando ela ocorre satisfatoriamente, ela não se dá sem a luta e a resistência dos internos para preservar o seu antigo “eu” da tirania deformadora e padronizadora da instituição total.

Teórica e conceitualmente o estudo se apropria de Goffman (2001 e 2010), sobretudo com os conceitos de instituição total, mortificação do *self* e ajustamentos secundários. Com

vistas a analisar o cotidiano e as interações sociais que se passam no ambiente estudado, recorre-se à perspectiva fotoetnográfica desenvolvida originalmente por Achutti (2004) e trabalhada por outros autores, como Pereira (2015 e 2017). Esse tipo de abordagem busca aproximar e articular o olhar sociológico ou antropológico com a análise de fotografias e imagens.

Além de observações *in loco* realizadas por mim ao longo de aproximadamente três anos, enquanto agente penitenciário alocado na Central de Custódia de Presos da Justiça, em Imperatriz-MA, a pesquisa de campo concentrou-se num micro ambiente formado por um corredor e cinco celas que lhe são adjacentes. Para a compreensão mais detalhada do cenário observado, o corredor e as celas, foram produzidas 42 fotografias, das quais foram selecionadas doze para servir tanto como objeto de análise em si quanto de fio condutor da narrativa e da pesquisa.

2. O CAMINHO DA LUZ

Inserção: Balde, celas, ângulos e comunicações

Na manhã do dia 12 de setembro de 2017, estávamos em um pavilhão vazio no momento em que ocorria o banho de sol dos presos. Nós tínhamos, diante de nossos olhos, um corredor vazio, claro, arejado e com uma porta no final, que ligava o pavilhão ao restante da estrutura do presídio.

No lado esquerdo do corredor, outra porta para o acesso à área de banho de sol. Já no lado direito havia cinco baldes grandes de plástico diante de cinco celas vazias. Mais do que uma simples estrutura física, aquela paisagem – experienciada por nós – estava permeada por um conjunto de detalhes que evidenciam regras, condutas e um cotidiano de práticas e interações que caracterizam barreiras comunicacionais (tanto físicas como sociais), ajustamentos primários e ajustamentos secundários (GOFFMAN, 2001).

Partindo da caracterização física, é possível observar que a disposição de luz no ambiente parecia acompanhar a própria lógica do enclausuramento da instituição total (GOFFMAN, 2001), já que a iluminação diminuía de acordo com a disposição das estruturas físicas do pavilhão: a luz adentrava o ambiente por grades dispostas na parte superior da parede direita, e seguiam pelas grades de menor dimensão e altura, nas celas. Dessa forma, tanto o corredor quanto a área “aberta” do banho de sol possuem sempre mais iluminação que nas celas.

Nestas, restam apenas a luz que vem do alto, de forma diagonal, pela parte da manhã e outra que adentra por uma grade retangular com pouco mais de vinte centímetros de altura. Essa estrutura física possibilita perceber sempre um contraste entre os ambientes claros, no corredor e escuros no interior das celas (imagem 1).

Imagem 1 – Presença e ausência de luz



Fonte: Pereira, 2017.

Seguindo esse caminho da luz, partiremos da descrição física do corredor, local onde ocorrem revistas, coleta de lixo, transporte das refeições, deslocamentos e ligações entre as celas e o restante da estrutura. Para cada balde (imagem1) disposto junto às celas há uma indicação de coletividade, já que os coletores de lixo podem ser considerados “comunitários”, por atender as demandas específicas dos grupos de detentos de cada cela. O sentido de comunidade pode ser pensado para cada cela, logo, elas possuem diferentes formas de organização interna, umas em relações as outras (tema que iremos abordar com mais detalhes no tópico seguinte).

Os baldes significam também uma forma de comunicação entre os detentos e a instituição total. Segundo um dos funcionários, com essas peças, “espera-se um zelo para a limpeza, por parte dos detentos, e existem sanções para a cela que não colocar seus insumos no balde”. Apesar desse artefato ser manuseado sempre por diferentes tipos de presos: o preso “corredor” e o preso da cela, eles são, antes de tudo, propriedade do estado, que também se faz presente por meio da coerção dos funcionários penitenciários, caso os baldes não sejam

utilizados de forma correta¹. A forma sistematizada de utilização dos baldes e coleta do lixo representa também todo um processo de comunicação entre a administração da instituição, a equipe dirigente, e os detentos de cada cela, podendo gerar situações de paz ou de punição, caso se crie um ambiente de sujeira nos corredores e nas celas. Além disso, existem interações entre os detentos de uma mesma cela, pois há regras e escalas de limpeza que precisam ser cumpridas.

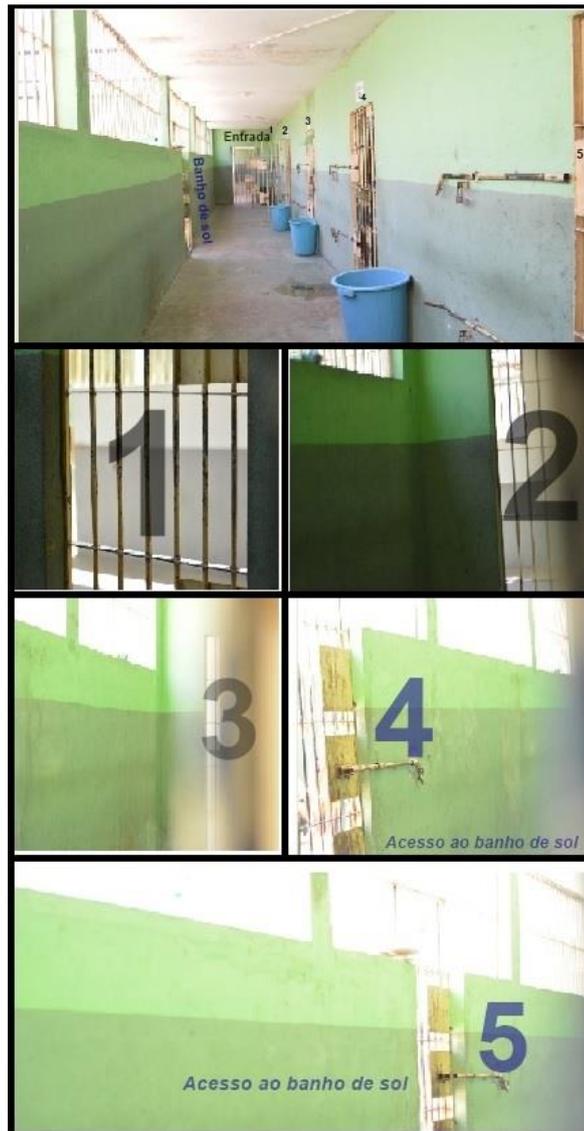
Dessa forma, mais que simples baldes, aqueles artefatos mobilizam uma série de normas e regras sociais e toda uma estrutura organizativa que se ramifica desde as decisões tomadas pela diretoria da instituição até as interações existentes tanto entre os funcionários e os detentos quanto aquelas desenvolvidas entre esses últimos. Embora essa estrutura organizativa seja comumente pensada, no senso comum, em termos dicotômicos, Estado-Detento, as práticas observadas em campo sinalizam um conjunto de atores e interações mais complexas, uma forma de visualizar isso é no próprio espaço do corredor.

O palco das interações aqui analisadas não pode ser pensado em forma de uma estrutura bipolar, pautada em termos de um antagonismo entre Estado e detento. Nesses espaços dos corredores é possível observar pelo menos quatro tipos de atores sociais: os agentes penitenciários, os auxiliares penitenciários, os detentos-corredores e os detentos. As interações entre esses atores ocorrem em diversas situações, tais como nas revistas, na ida para o banho de sol, nos atendimentos médicos, nas assistências jurídica e psicossocial e nas saídas para sociedade mais ampla (como funerais, recebimento de benefícios, perícias, audiências, reconstituições, reconhecimento, etc.). Em cada situação dessas é possível verificar várias formas de comunicação e de interação. Grosso modo, pode-se fazer uma analogia a uma partida de xadrez, onde a posição e deslocamento de cada peça representam um tipo de relação de poder que é enquadrado nas possibilidades e lógicas do jogo, e dos competidores.

O que nos importa dizer por hora é que esse conjunto de atores, com seus respectivos papéis, e a própria estrutura física da instituição total, em especial o corredor e as celas adjacentes, servem tanto como barreiras físicas e sociais para a comunicação e as interações ali estabelecidas quanto revelam a possibilidade de construção de arranjos sociais e de uma rede específica de sociabilidade que extrapola aquilo que a instituição havia planejado para os internos.

¹ Nesse caso esvaziar os cinzeiros com cuidado. Utilizando apenas os espaços entre a grade, sem deixar cair no corredor ou dentro da cela. Chêpa ou blindado são nomes dados às marmitas fornecidas. Estas não são postas no balde para diminuir o risco de encher antes que seja recolhido. Sujando o corredor sendo dispostas ao lado do balde.

Imagem 2 - Barreiras físicas, visual e comunicacional



Fonte: Pereira e Cunha,2017.

Para se pensar as barreiras físicas e sociais² do local, fizemos um experimento de posicionar a câmera fotográfica nas aberturas de comunicação das cinco celas do corredor, focalizando sempre o portão no início do corredor, portão que separa o corredor das celas do outro corredor onde os agentes penitenciários realizam rondas e observam todo o ambiente. Às

² Nesse momento devemos atentar que existem meios de aumentar essa visão como pequenos espelhos que servem como um retrovisor veicular. Entretanto, nos últimos meses medidas de segurança coibiram os pequenos espelhos nas celas permitindo apenas um, colado na parede do banheiro. Assim, sempre que são encontrados fora do local determinado são recolhidos e o detento punido. De uma forma indireta, a cela inteira, pois ficarão sem espelho.

vezes colocando nossas próprias cabeças na pequena abertura e forçando a visão para a porta do final do corredor, buscamos a sensação e tentativa de reconstituição da experiência. O resultado dessa atividade pode ser observado na imagem 2, que possibilita o leitor observar cinco diferentes ângulos de visão que são diretamente vinculados a capacidade comunicacional dos presos, em relação aos agentes.

Da primeira até a terceira cela é possível verificar que a visualização do portão de entrada vai ficando cada vez mais difícil. Já as celas quatro e cinco possuem abertura visual apenas para o portão de acesso ao banho de sol, localizado próximo ao meio da parede esquerda do corredor (observado de dentro para fora).

Essas possibilidades de comunicação visual favorecem pelo menos dois tipos de interações possíveis entre presos e entre eles e os agentes. Pois, em razão da maior possibilidade de comunicação entre os agentes, geralmente a primeira cela possui um papel mediador entre os agentes e os detentos das outras celas. Por outro lado, o portão do banho de sol, embora possibilite uma comunicação maior próximas entre os detentos das celas, no corredor, e os que ficam no banho de sol, existe uma barreira social construída por meio das diferenças existentes entre os detentos do local observado e os de outros pavilhões.

Nesse sentido, ficar próximo ao portão que liga a área de banho de sol ao pavilhão observado pode gerar situações de conflito entre os detentos: ameaças verbais e expressões faciais de violência. As formas como são dispostas a organização da estrutura física (paredes, grades, celas e corredores) e social (divisões dos ajuntamentos) constituem condições que devem ser consideradas, quando se analisa o aspecto comunicacional entre os atores existentes naquele lugar.

Salientando a importância da comunicação visual, oral e escrita, é importante considerar que as barreiras físicas e sociais levam a criar mudanças na comunicação, a exemplo disso temos a significância que os “bilhetes, códigos, sinais e expressões” assumem no cotidiano do espaço prisional, como uma tentativa de privacidade e resistência contra a censura institucional. Assim que os significados desse tipo de linguagem são decifrados pelos outros atores que compõe o cenário da instituição, diminui-se as barreiras comunicacionais e, concomitantemente, aumenta-se o campo semântico e a compreensão da “linguagem” falada no espaço prisional. Por meio desse tipo de artifício comunicacional e pelo volume de capital social (BOURDIEU, 2011) que o preso detém, ele pode estabelecer relações e contatos para além de sua cela ou pavilhão. Conforme esse autor,

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de Inter reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2011, p. 67)

No caso de um ambiente prisional, o pertencimento a um grupo ou facção pode resultar em lucro simbólico para o indivíduo em particular, como proteção e alguns privilégios. Mas, igualmente, pode resultar numa situação de perigo e humilhação. De qualquer forma, a comunicação e a rede de sociabilidade que o detento estabelece sofre as inflexões de seu grupo de solidariedade. O pertencimento a uma comunidade é que determinará o que se poderá ou não falar e também como e com quem se poderá falar.

Sobre essa relação das condições ambientais com a interação face a face, Goffman (2010), cita um caso na ilha *Shetland*, onde caminhantes isolados em noites frias seguem conversando e sorrindo alto para que seus sons ecoem por distâncias, por outro lado também cita situações em que os indivíduos sussurram e usam as expressões dos olhos, tornando a recepção limitada para aqueles mais próximos. De forma mais detalhada esse autor explica:

Quer um indivíduo receba permissão para entrar numa região, como uma sala, quer ele seja excluído dela, ele frequentemente terá que demonstrar algum respeito pela fronteira física em torno dela, se ela existir. É claro que teoricamente é possível que fronteiras como paredes grossas impeçam fisicamente a comunicação externa; entretanto, quase sempre algum tipo de comunicação através da fronteira é fisicamente possível. Por isso reconhecem-se arranjos sociais que restringem tal comunicação a uma parte espacial da fronteira, tais como portas, que levem pessoas dentro e fora da região a agir como se a barreira cortasse mais da comunicação do que realmente corta. A tarefa que as paredes desempenham ocorre parcialmente porque elas são reverenciadas ou socialmente reconhecidas como barreiras comunicativas, criando, entre os membros da comunidade que se comportam apropriadamente, a possibilidade de fechamento situacional convencional na ausência de um fechamento físico real. (GOFFMAN, 2010, p.167-168)

Percebe-se que a relação entre as interações e formas de comportamento em relação às condições ambientais é trabalhada para além da delimitação espacial, pois há um reconhecimento social das barreiras e a exigência de respeito para o indivíduo que adentrar qualquer região, ou seja, é necessário compreender as regras cotidianas, os arranjos sociais e toda a representação social em torno deles. Mesmo com a restrição de comunicações visuais e a vigilância do Estado por meio dos funcionários, os detentos buscam formas de ir além dos limites físicos. Eles criam interações e formas de comunicação às escondidas dos guardas e

vigias da instituição. Aqui devemos lembrar que muitas de seus desejos e necessidades estão dentro de um campo de proibição institucional.

De forma similar é possível observar diferentes tipos de comportamento nos espaços das celas, corredor e banho de sol. Em cada local desses, os ajuntamentos constituem situações³ espacialmente delimitadas que são iniciadas e finalizadas de acordo com um conjunto de interações existentes entre auxiliares, agentes e detentos. Para cada situação existe uma fronteira, modos distintos de expressões corporais e organização dos atores sociais. Para discorrer sobre isso, buscaremos compreender as situações ocorridas nos espaços da Cella, tomando-a como metáfora de um modelo que se repete em diferentes escalas naquela instituição. Sendo assim, na Cella teremos um arranjo social que poderá ser tido como imagem desses sujeitos em suas relações fora dela.

3 Cenário da cela e a tensão entre o Self e a Instituição total

No livro “Manicômios, prisões e conventos”, Goffman (2001) demonstra uma tensão entre o “self” e as instituições totais, materializada no que ele chama de processo de mortificação do self. Para ele, as barreiras que separam os internos do mundo externo constituem o primeiro passo de um caminho de inculcação de regras, normas e construção de um novo papel para o indivíduo. Por outro lado, também ressalta que há um conjunto de instruções formais e informais que constituem um sistema de privilégios que acaba possibilitando uma alternativa para o indivíduo. Segundo o autor, esse sistema é composto, primeiramente, por um conjunto de prescrições e “regras da casa” que garantem uma rotina austera de mortificação; e também por “prêmios e benefícios” que possibilitam a ausência de privações e modos de organização das instituições totais; e completa-se com o terceiro ponto que é a questão dos “castigos” que significam a privação dos privilégios. Goffman (2001) percebe que os castigos e privilégios ligam-se ao sistema de trabalho dos internos e também possibilitam uma forma de especialização espacial: os locais de trabalho, locais de dormir e

³ Eu utilizarei o termo ajuntamento para me referir a qualquer conjunto de dois ou mais indivíduos cujos membros incluem todos e apenas aqueles que estão na presença imediata uns dos outros num dado momento. Com o termo situação, eu me referi ao ambiente espacial completo em que ao adentrar uma pessoa se torna um membro do ajuntamento que está presente, ou que então se constitui. As situações começam quando o monitoramento mútuo ocorre, e prescrevem quando a penúltima pessoa sai. Para enfatizar a extensão total de qualquer unidade desse tipo, eu às vezes empregarei o termo situação em geral (GOFFMAN, 2010, p.28).

outros elementos da estrutura física que passam a ser pensados em termos de restrição e possibilidades.

As situações das celas representam bem essas três características, como veremos mais adiante. Se as interações entre detentos e funcionários do presídio constituem formas de trabalho e organização que podem ser compreendidas enquanto *ajustamentos primários*, ou seja, aqueles em que o indivíduo age de acordo com a instituição, observamos que existem várias meios de burlar a instituição total, “formas pelas quais o indivíduo se isola do ‘eu’ que a instituição admite para ele”, ou seja, os *ajustamentos secundários* (GOFFMAN, 2010, p.160) estabelecidos entre os detentos e entre alguns detentos e funcionários, por meio de arranjos sociais.

Tais conceitos podem ser percebidos nas formas como o “self” e a instituição total se apresentam nos espaços das celas. Estas possuem três metros de largura por cinco de comprimento. Pintada de laranja, ela possui oito camas, conhecidas pelos detentos como “jegas”, organizadas em beliches que são separadas por um pequeno corredor de 1 metro e 20 centímetros por 3 metros e 90 cm, conhecido como “praia”. Ao final da cela há um banheiro de 90 cm de largura por 3 metros de comprimento. Trata-se de uma estrutura de cimento bastante homogênea e de cor amarela e as roupas e sandálias que são entregues aos detentos são laranja. Essa é a imagem, ideal, que poderíamos ter em termos de uma lógica de ajustamento primário, e dos processos de prescrições e “regras da casa”. Nesse sentido tem-se um conjunto de regras e normas sociais que a instituição não dispensa, como por exemplo os horários pré-determinados: como para banhos de sol, contatos com visitantes, atividades laborais promovidas pela instituição total, revistas íntimas e de cela, além do posicionamento durante a retirada de detentos da cela e toda a rotina de processos promovidos no cotidiano prisional.

Por outro lado, pode-se dizer que é na cela que o detento recebe um tratamento diferenciado e constrói relações que possuem como referências as experiências anteriores de cada indivíduo do ajuntamento ali localizado. Trata-se de um local de tensão entre a subjetividade dos indivíduos e a objetividade da instituição total. É o lugar onde se desenvolvem as estratégias para obter materiais para a criação de um ambiente diferenciado em relação ao padrão oferecido pela instituição.

Nessa resistência da subjetividade, os recursos são ressignificados e transformados em utensílios que buscam reproduzir um estilo de vida cotidiana destoante das normativas da instituição total e, conseqüentemente, expressam uma forma de proteção e manutenção das

individualidades. Durante nossa pesquisa encontramos utensílios que não são fornecidos pela instituição total como cinzeiros, sandálias para o banheiro, as empanadas (cortinas), as quais são feitas com lençóis, colchas ou outros tecidos.

Imagem 3- A jega, a praia e uma micro organização



Fonte: Pereira, 2017.

Por meio da imagem 3 é possível observar que a pintura amarela e as estruturas de cimento da cela que representam um dos padrões da instituição penitenciária são carregadas de objetos que trazem outros significados, lógicas e formas de organização estabelecidas entre os detentos. Se existem regras e condutas que são exigidas pela instituição, na cela se reproduzem lógicas similares de organização, porém, de modo e alternativo. Por exemplo, embora os detentos de determinados corredores compartilhem as áreas de banho de sol, cada ajuntamento de detentos possui organização e característica específica de acordo com a cela de origem. De forma semelhante, observamos que nas celas a “praia” pode ser compreendida como uma área comum de sociabilidade entre os detentos, e que a “jega” é um tipo de universo particular de cada detento.

Na imagem 3 é possível observar essa estrutura particular nas camas que apresentam uma espécie de cortina estampada de azul, rosa, outras brancas e cinzas. Essa imagem nos traz um conjunto de símbolos que caracterizam não só as resistências do *self*, mas também dos ajustamentos secundários e os sistemas de privilégios, que possibilitam manter uma organização e controle.

O pano utilizado e alguns cordões são extraídos dos colchões. Para fixar o cordão, algumas vezes trançado e esticado (conhecido como Tereza), os presos se valem de “grampos”

(conhecidos como torno) que são produzidos a partir de vários outros materiais como escovas de dente, garfos etc. As empanadas isolam os indivíduos dos demais detentos da cela possibilitando o momento de intimidade e o espaço de reconstrução do *self*. Trata-se de um verdadeiro universo de significados que podem ser visualizados naqueles pequenos espaços de um metro e 90 centímetros de comprimento por 80 cm de largura, e um metro de altura. É lá onde ocorrem as visitas íntimas⁴, onde são colocadas fotos da família, declarações de amor, pistas que relacionam a tentativa de manter o detento com suas relações fora do presídio. Esse espaço íntimo é privativo. Para os detentos a “visita é sagrada”, sendo, assim, é proibido qualquer tipo de intromissão e bisbilhotagem e outro detento só pode participar da conversa e desfrutar da atenção da visita de outrem se for do consentimento do primeiro.

Imagem 4- Resistências do Self no interior de duas “jegas”



Fonte: Pereira, 2017.

Todos os objetos e mensagens observados podem ser pensados em relação a dois aspectos: o da construção do *self* e o da elaboração de um ambiente que possibilite essa ação. No ambiente 1 (Imagem 4), temos a referência a experiências anteriores que o detento traz consigo como forma de lembrança de uma situação. Já no segundo dormitório, há uma necessidade de reafirmação do detento em relação aos demais “colegas” de cela, pois há a valorização do uso de substâncias ilícitas e do código penal 157, que constituem um processo de construção de fachada de “Ladrão”. Em outros termos ele quer dizer: sou um ladrão, não sou um Jack⁵, por isso não mexam comigo. As duas situações são exemplos de construções de

⁴Situação que ocorre com a retirada de todos os outros detentos.

⁵Nomenclatura dada aos criminosos presos por crimes sexuais contra mulheres e crianças.

relações que seguem sentidos opostos: enquanto o primeiro é voltado para si e suas experiências fora da prisão, o segundo tem como foco o processo de sociabilização na prisão.

Em relação aos utensílios e objetos criados,⁶ como citado anteriormente, notamos que tanto a carta quanto um fio que alimentava um pequeno ventilador estavam presos em um grampo de escova de dente. Outro exemplo interessante é o da caixinha de suco que é aproveitada como suporte para pastas de dente, barbeador e tablete de analgésicos. As roupas de cor laranja, utilizadas pelos detentos, sinalizam outra utilidade dos cordões. Além do que foi demonstrado nas imagens, há também recipientes de desodorantes e pequenas garrafas de plástico que são transformadas em cinzeiro; garrafinhas plásticas que são cortadas e usadas como copos e talheres, panos molhados são amarrados fortemente em garrafas de plástico e servem como um tipo de recurso térmico para conservar a água gelada, assim como marmitas de isopor vazias.

Todos esses materiais são obtidos graças a um conjunto de relações entre os detentos e alguns funcionários. Normalmente os detentos pedem uma série de objetos como comprimidos, preservativos, livros, canetas e outros objetos que, apesar de não representarem nada de ameaçador para a maioria das pessoas, são de fundamental importância para os *ajustamentos secundários*. Um exemplo disso pode ser pensado em relação aos preservativos que são fundamentais para esconder celulares no vaso sanitário, as canetas e o papel cumprem uma função fundamental na organização interna e na comunicação dos detentos, principalmente com atores sociais de espaços distantes.

Temos um conjunto de ações que demonstram uma tensão constante e ininterrupta. Se há uma lógica da instituição total, o dia a dia dos detentos demonstra a criação de um conjunto de práticas que também são reproduzidas e sistematizadas em uma escala menor. Para se ter uma ideia disso, basta lembrar que além das barreiras físicas impostas pela Instituição total, existem as barreiras feitas pelos próprios detentos, com a utilização das “empanadas”, exigindo assim, um maior monitoramento e vigilância por parte dos agentes.⁷

⁶ É importante deixar claro que todos esses objetos que personalizam o espaço não fazem parte da estrutura institucional, e são criadas pelos próprios detentos com a utilização de outros materiais como cabo de barbeadores, escovas dentais, colheres. Em geral, são feitos por meio do derretimento de plástico ou desmonte do colchão e de outros objetos.

⁷ A tensão entre as “jegas” e o panoptismo da instituição é efetivada de maneira mais direta durante as revistas de rotina, que costumam acontecer duas vezes por semana, ou quando ocorrem as revistas extras que são oriundas de processos de amostragem ou resultante de denúncias de outros presos, as expressões usadas são cabanagens, caguetagem ou crocodilagem, todas sinônimas uma das outras.

Em relação ao sistema de privilégios, observamos que além da personalização mais geral do ambiente da cela, havia também a presença de ventiladores nas “jegas”, de uma televisão na “praia” e de outros utensílios e equipamentos mais elaborados que sinalizam processos de negociação e formas de ajustamentos secundários que mobilizam interações as mais diversas. Para se ter noção disso, basta compreender que para a liberação de um instrumento de entalhe de sabão é necessário que o detento tenha contato com a direção e de que ele convença a equipe dirigente de que seu uso será para a produção de artesanato. No dia em que fizemos as fotografias foi possível observar a restrição desse benefício por terem sido apreendidas, durante uma revista, várias arminhas de sabão no interior de uma jega. Nesse caso, o detento perde o instrumento, perde o cordão, os tornos e a empanada, não podendo mais desfrutar de seu pequeno universo particular frente aos outros detentos e funcionários que trafegam pelo corredor.

De toda a instituição total, a cela parece constituir a situação em que os detentos possuem maior possibilidade de expressar a própria subjetividade. Pode-se dizer que é um local onde os indivíduos buscam resistência frente ao processo de mortificação do *self*. Trata-se de uma espécie de micro sociedade na qual os detentos estabelecem as próprias regras, hierarquias, linguagens e estratégias de comunicação entre si e com os funcionários da instituição.

4. Divisões do trabalho, papéis e fachadas

A imagem 3, vista anteriormente, retrata o momento em que observamos um bilhete, colado ao lado da porta, que trazia uma lista com o “nome” de nove detentos, demonstrando uma ordem de funções e tarefas a serem cumpridas. A questão da existência de nove detentos em uma cela com oito camas é o que explica um colchão colocado na parte inferior de uma das camas, provavelmente utilizado pelo mais novo na cela, geralmente apelidado de Corró.

Imagem 5 - lavagem do banheiro da cela (boi)



Fonte: Pereira, 2017.

Apesar de nossas primeiras observações, é importante ressaltar que é possível notar diferentes formas de organização do trabalho, a depender dos ajuntamentos de cada cela. Existem aquelas em que todas as atividades de limpeza, o banheiro e o recolhimento do lixo ficam sob a responsabilidade dos “corrós” do local. Em outros casos a divisão de trabalho mais claramente definida é o da limpeza do banheiro, conhecido localmente como “boi” (imagem 5).

Nas duas imagens (3 e 5) é possível notar também alguns apelidos como “Careca”, “Neguim”, “Bachim”, “Didi”, “Iapok” e nomes próprios que demonstram problemas de escrita, sinalizando pouco domínio dessa habilidade, e identificações que ressaltam características físicas dos detentos. Já se trata de um segundo tipo de classificação que demonstra certa integração, provavelmente o primeiro passo de alguns “corrós” no sentido de fazer parte do ajuntamento. É interessante perceber que essas classificações se contrapõem às classificações numéricas realizadas pela instituição total, ou seja, existem mais de uma forma de classificar os detentos.

Embora o presídio apresente muitos pavilhões e celas, observamos as que estavam no pavilhão (imagem1) onde concentravam-se os detentos que respondiam pelo crime de assalto. Nesse local as celas eram compostas por beliches de cimento, para oito detentos e um banheiro com chuveiro e privada. Como dito antes, observando a cela pelo lado de fora (no corredor), o ambiente parece ser mais escuro e a própria grade de acesso a cela é uma fonte de iluminação desse local, que é marcado também pela umidade e por um odor que mistura roupas sujas, comida velha, tabaco e com um leve toque floral dos produtos de limpeza.

A observação desses espaços de enclausuramento nos fez perceber que algumas atividades como a limpeza do banheiro, o recolhimento do lixo e os tipos de camas evidenciavam a existência de hierarquias e de divisão social do trabalho. É importante ressaltar que é possível notar diferentes formas de organização do trabalho a depender dos ajuntamentos de cada cela. Existem aquelas em que todas as atividades de limpeza, o banheiro e recolhimento do lixo ficam sob a responsabilidade dos mais novos, no local. Enquanto em outras, predomina uma escala em que todos são responsáveis pela limpeza do ambiente.

Os rituais de recebimento das alimentações são supervisionados por funcionários armados e um detento/corredor entrega alimentos, enquanto outro entrega água. Esse processo é feito em um carro de mão e um carro de compras de supermercado. Assim é feito pavilhão por pavilhão, buscando diminuir a comunicação entre os presos de pavilhões diferentes. Esse é um tipo de barreira social, pois mesmo que o detento tenha acesso a todos pavilhões, esse acesso é constantemente supervisionado. Houve época, nessa mesma instituição, em que o monitoramento interno era menor e havia maior mobilidade nas relações entre detentos de pavilhões distintos, o que aumentava o transporte de materiais ilícitos de um lugar a outro e fortalecia os ajustamentos secundários.

Nesse ritual de interação interna, o detento da cela toma banho primeiro, escova os dentes e fica aguardando o pão e o café com leite. Mesmo estando enclausurado consegue o máximo de coisas para os companheiros de cela, isto em razão de sua rede de contatos e de seu razoável volume de capital social. Utiliza sua influência junto aos outros presos, funcionários e até membros da equipe dirigente para obter vantagens e alguns privilégios que, formalmente, a instituição total não permite. Mesmo que seja um pouco mais de pão, um tempo a mais no banho de sol ou a permissão para ter ou usar um determinado tipo de instrumento ou aparelho na cela, o fato é que com essas estratégias de sobrevivência do *self*, o detento consegue não apenas resistir ao caráter totalizante da instituição, mas também adaptar-se e criar uma microssociedade dentro da casa de detenção em que ele se encontra.

Conclusão

Os princípios de organização social parecem ser uma constante nas diferentes escalas e níveis de relações sociais: desde as mais materializadas nas normas das instituições totais até nas mais informais, sejam elas face a face ou não. No espaço de três metros de largura por

cinco de comprimento, notamos que os detentos elaboram as próprias regras de convivência e criam as próprias barreiras para separar e organizar o espaço, de forma a proteger o espaço de intimidade e a conservação do *self*.

Frente às regras da instituição total, os indivíduos se organizam por meio daquilo que Goffman (2001) chama de ajustamentos secundários, possibilitando por meio de negociações, escambos e burlas ao sistema, formas de sociabilidade e arranjos sociais, além da construção de espaços simbólicos no interior das celas que lhes servem de refúgio contra as ações deformadoras do eu por parte da instituição total. Esses arranjos e formas de sociabilidade assumem uma lógica social própria que só pode ser compreendida a partir da análise das micro relações que ocorrem nesse ambiente, principalmente as interações face a face. Os detalhes observados nas celas deixam sinais da existência de relações humanas que ultrapassam o referido espaço, ramificando-se por funcionários, relações familiares e outras que podem ser vinculadas a cada detento.

A micro sociedade das celas, os corredores e outras partes da instituição total repetem em alguma medida a mesma lógica dos espaços comuns de sociabilidade e dos espaços privados de conservação da intimidade. Trazem também as hierarquias do mundo social mais amplo, a divisão do trabalho, a construção de uma linguagem cultural compartilhada e inúmeras maneiras de expressar personalidades e formas de vida. A lógica da casa e da rua, do público e do privado, possui contornos próprios nas celas e nos corredores. Entendemos que a negociação se dá a partir de interações face a face, mas, também, por meio de outras formas de sociabilidade e comunicação, por sinais, códigos e bilhetes, que ultrapassam o ambiente local da cela ou corredor. Se os detentos não conseguem escapar fisicamente do presídio, eles desenvolvem mecanismos e estratégias para escapar do monitoramento e vigilância da instituição total e, assim, preservar suas identidades e manter, cada qual, o seu *self* intacto. Nesse sentido, a personalização dos espaços e a formação dos arranjos sociais sofrem variações constantes dependendo dos atores e grupos que estão em interação.

As imagens do ambiente de investigação, para além do registro estático de um momento ou lugar, permitiram tecer uma narrativa sobre o palco onde se desenvolvem interessantes interações sociais que concorrem no sentido de preservar o *self* dos internos contra a “ditadura” da instituição total. Assim, o registro fotográfico articulado à abordagem etnográfica permitiu observar o familiar, produzindo tanto o estranhamento quanto a desnaturalização do fenômeno social observado (VELHO, 1978).

As análises das imagens corroboraram com as observações realizadas *in loco* durante aproximadamente três anos. Desnecessário dizer que este estudo não esgota as possibilidades de observação e produção de conhecimento sobre formas de resistência e afirmação do *self* numa instituição total, mas lança uma centelha de luz em pontos obscuros da relação entre indivíduo e instituições sociais.

Referências

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Tomo Editorial, 2004.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotoetnografia: A profundidade de campo no trabalho de campo, e outras questões de ordem técnica In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.). **Sociologia da Imagem: Ensaios Críticos**. João Pessoa, GREI, 2004a 155 p. (edição em CDROM)
- BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In. NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- GOFFMAN, Erving. **Comportamentos em Lugares Públicos – Notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- PEREIRA, Jesus Marmanillo. Interações fotoetnográficas: o “eu” e o “outro” na Praça de Fátima - ITZ. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 16, p. 226-242, 2015.
- PEREIRA, Jesus Marmanillo. Do extraordinário ao cotidiano: Itinerários de uma experiência fotoetnográfica em Imperatriz. **Revista Visagem**, v. 3, p. 16-42, 2017.
- SILVA, Agnaldo. **Praça Velho: socialização, representações e práticas policiais militares**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, nº 61, 2007.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In. NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.